



**OS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A
DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES/AS:
processo de acompanhamento, avaliação e proposição de políticas
públicas em tempos neoliberais**

Marlene Souza Silva¹

¹ Mestre em Educação de Jovens e Adultos; Membro da Coordenação Nacional dos fóruns de EJA do Brasil e representante da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC)

EIXO TEMÁTICO 8: MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como objetivo refletir sobre a atuação do movimento dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (fóruns de EJA), na defesa do direito à educação básica de trabalhadores/as que estudam para perceber como esse movimento tem enfrentado as investidas das reformas neoliberais na educação de Jovens e Adultos (EJA) e nesse processo continuar a propor, denunciar e acompanhar as políticas públicas para essa modalidade.

No cenário nacional, estaduais e municipais essas reformas educacionais neoliberais vem ganhando espaços no Ministério da Educação, nas secretarias de educação e nos sistemas públicos de ensino. Seus efeitos estão, principalmente, nas áreas de gestão pública e formação de professores, interferindo diretamente nas ações das unidades escolares, nas práticas dos docentes e nas aprendizagens dos estudantes da educação básica.

Nesse sentido, o movimento dos Fóruns de EJA têm exercido um papel fundamental de controle social, denunciando as contra reformas, antidemocrática e antipopular, implementadas pelos grupos empresariais da educação que transformaram, em acordo com os organismos internacionais da economia, a educação em produto de disputa de mercado. Assim, o coletivo dos fóruns de EJA tem tensionado o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada de Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) na elaboração de políticas emancipatórias para, que garantam a escolarização com qualidade social para trabalhadores/as, considerando sua especificidades, asseguradas nas Leis de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBN/96), no Artigo 37, quando afirma que essa educação deve considerar as condições de vida e trabalho dos estudantes.

Dessa forma, o presente estudo pretende mostrar o protagonismo do movimento dos Fóruns de EJA, na disputa de projetos educacionais, que se organiza de forma coletiva na



luta a favor do projeto democrático, popular e emancipatório que respeita os princípios da diversidade, e contra o projeto neoliberal, economicista, mercadológico, uniformizante e excludente que aprofunda as desigualdades sociais e educacionais.

PANORAMA ATUAL DA EJA E AS REFORMAS EDUCACIONAIS

Diante dos desafios enfrentados pela educação pública brasileira, a trajetória de luta dos fóruns de Educação de Jovens e Adultos sempre foi marcada pela defesa do direito à educação de trabalhadores/as que estudam, através das políticas públicas, e tem demonstrado avanços e retrocessos desde os anos de 1990 até os dias atuais.

Após a aprovação da Constituição Brasileira de 1988, ainda sob o efeito da onda democrática a educação de pessoas jovens e adultas passou a ser direito subjetivo, respaldada nas legislações posteriores como nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9394/96, seguida das Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos, através do Parecer 1/2000, consolidando como modalidade da educação básica específica e gratuita para todas as pessoas independente da idade.

Assim, no período de 2003 a 2012, foram lançadas pelo governo federal várias políticas públicas que potencializaram a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, assegurando o acesso, permanência e aprendizagem dos/as sujeitos/as trabalhadores/as, considerando a diversidade em diferentes contextos de vida, trabalho e cultura. Entre essas políticas podemos citar a inclusão da EJA no no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

da Educação Básica (FUNDEB), no Plano de Ações Articuladas (PAR), além da criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA) e o reconhecimento em outras políticas do MEC, como alimentação, transporte, biblioteca escolar, que oportunizaram os jovens e adultos do campo e da cidade o direito à educação básica geral e profissional.

Com o golpe de Estado em 2016 foram aplicadas medidas que colocaram em xeque essas políticas, como o congelamento dos recursos públicos e implementação de contra reformas comprometendo o trabalho, a saúde e a educação pública. Após o golpe, o país passou a ser governado por mais quatro anos por grupos extremistas, que abriram espaço para as políticas neoliberais capitalistas que concebiam a educação como mercadoria.

[...] a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como “serviço” que se adquire, e não mais como direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como “empresa”, aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares e pela ação do movimento “escola sem partido” [...] (FREITAS, 2018, p. 29)

Essa reforma empresarial da educação tem provocado reações diversas na sociedade civil, principalmente no conjunto das organizações em favor das lutas pela educação pública, a exemplo dos fóruns de EJA, que frente às graves ameaças se viram desafiados a buscar outras estratégias de fortalecimento de ações coletivas, considerando a realidade socioeconômica educacional.



Dessa forma, é necessário perceber as consequências da nova estrutura do capital para intervir sobre ela, com suas políticas internacionais e ajustes econômicos, impactando diretamente nas condições de vida dos/as trabalhadores/as estudantes da EJA, com a redução de recursos para investimentos nos serviços públicos essenciais, com destaque a educação, o aumento do desemprego estrutural e o empobrecimento da maioria da classe trabalhadora.

A ATUAÇÃO DOS FÓRUNS DE EJA FRENTE ÀS REFORMAS NEOLIBERAIS

Com a inserção das políticas neoliberais no Brasil desde 1990, os fóruns de Educação de Jovens e Adultos (fóruns de EJA) desde sua criação, no ano de 1999, no Rio de Janeiro, após a CONFINTEA IV, tem como principal bandeira de luta a defesa do direito à educação da classe trabalhadora. Assim, como espaço coletivo de controle social, acompanham, avaliam e propõem políticas públicas para assegurar o acesso de todas as pessoas independente da idade.

Mesmo com os avanços na legislação educacional esse direito continua sendo negado para uma parcela significativa da população. Em pleno século 21, de acordo com o IBGE/2022, ainda temos 11, 4 milhões de pessoas, acima de 15 anos que ainda não tiveram acesso à leitura e à escrita, e 68 milhões de pessoas, acima dos 18 anos que ainda não concluíram a educação básica. A maioria dessas pessoas vive nas periferias da cidade e no campo, representa uma rica pluralidade étnica e cultural, porém, é invisibilizada socialmente e muitos são vítimas da negação do direito à alfabetização e à continuação e conclusão da educação básica.

Com as reformas empresariais da educação os Fóruns de EJA tem presenciado, principalmente nos municípios, um verdadeiro desmonte da Educação de Jovens e Adultos com o alinhamento a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), através das Diretrizes Operacionais de CNE/CEB nº 1/2021. Essa Diretrizes reforçaram as desigualdades sociais, raciais e educacionais, com a adaptação do PPP às imposições das leis do mercado, baseado em um currículo por habilidades e competências, e organização dos espaços da EJA em nucleação, EJA combinada, EJA multietapa, o que provocou o fechamento de escolas e turmas, reduzindo a EJA ao ensino a distância, aligeirado, superficial e sem a mínima infraestrutura, desconsiderando as características específicas da modalidade.

Nesse contexto, os fóruns de EJA reagiram, com intensa mobilização na sociedade, para chamar a atenção para a Educação de Jovens e Adultos.

O movimento adotou, desde então, uma estratégia descentralizada de articulação intersetorial mediante a constituição nos estados de fóruns de educação de jovens e adultos que funcionam como espaços públicos de gestão democrática e controle social das políticas educacionais. São espaços abertos, que possuem baixo grau de institucionalidade, têm caráter suprapartidário, reúnem uma pluralidade de organismos governamentais e não governamentais e combinam atividades de informação, formação, mobilização e intervenção. (DI PIERRO, 2005, p.1130).

Com a adoção de novas estratégias, o movimento dos fóruns de EJA passou a ocupar os espaços de decisões políticas, com a realização de audiência pública, construção da frente



parlamentar em defesa da EJA no Congresso Nacional, organização de Comitê no Ministério Público e proposição de políticas ao Ministério da Educação, com vista a garantia do direito à educação de trabalhadores e trabalhadoras estudantes. Nesse processo, o fórum EJA/BA denunciou ao Ministério Público, o fechamento de mais de quarenta escolas de EJA, no ano de 2021, em Salvador/BA, interrompendo e negando o direito de estudar a milhares de trabalhadores/as residentes nos diversos bairros periféricos da cidade.

Atualmente, mesmo ainda sob os efeitos e investidas das reformas neoliberais na educação, foi construída no âmbito do governo federal a política do Pacto Nacional Pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA, contendo doze ações para fortalecer e qualificar essa educação. Entre essas ações várias estão sendo implementadas como: o fator de ponderação que iguala o valor aluno da EJA aos outros alunos da educação básica; o funcionamento das turmas de alfabetização pelo Programa Brasil alfabetizado; o retorno da política do livro didático da EJA (PNLD EJA), os livros chegarão nas escolas no início do ano letivo de 2026; A formação nacional continuada em serviço para os professores da EJA, ministrada pelo Instituto Farroupilha (IFFAR) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na perspectiva da educação popular; PDDE Equidade para melhorar as condições de atendimento e ampliar as matrículas na EJA; a aprovação das novas Diretrizes Operacionais da EJA (CNE/CEB nº 03/ 2025) em substituição a CNE/CEB nº 1/2021 que precarizou a modalidade; e a realização da Escuta Pública Nacional para a atualização das Diretrizes Curriculares da EJA.

Essas conquistas refletem a importância do momento democrático de reconstrução do país, a partir de 2023, e da importância da luta coletiva do movimento dos Fóruns de EJA para o alcance e realização de ações prioritárias para a superação do analfabetismo e qualificação da educação de jovens e adultos.

CONCLUSÃO

O movimento dos fóruns de EJA do Brasil continua lutando pelo direito à educação dos/as trabalhadores/as que vem sendo negado, historicamente, desde os primórdios da colonização brasileira. Nesses mais de quinhentos anos avançamos politicamente e economicamente, mas os direitos humanos e sociais da maioria do nosso povo ficou sempre à margem da sociedade moderna e contemporânea, o que justifica o movimento de descolonização em nosso país.

Nesse contexto contemporâneo, a educação brasileira está sendo ameaçada pelas investidas dos empresários da educação, com a implantação de reformas educacionais, no sentido de transformá-la em mercadoria, através da privatização dos serviços sociais, comprometendo o acesso ao conhecimento e a escolarização de milhões de pessoas jovens, adultas e idosas, que veem na educação possibilidades de romper o ciclo da opressão e construir novas expectativas de melhoria vida com dignidade.

Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos sofreu retrocessos com o alinhamento à BNCC, resultando na precarização das ofertas e negação do direito de aprender propostas pelas diretrizes CNE/CEB nº 1/2021. Diante dessa situação os fóruns de EJA reagiram e se reconfiguraram como movimento, com ações coletivas nas instâncias políticas de decisões, para tensionar e propor políticas para enfrentar as investidas do projeto de educação mercadológico neoliberal, que ocupou os espaços das secretarias de educação



dos estados e municípios, através das fundações, ao assumir as políticas de formação de gestores, coordenadores pedagógicos e professores.

Como contrapartida, os fóruns de EJA na defesa do projeto popular, democrático e emancipatório, tem mobilizado a sociedade no acompanhamento e execução das políticas públicas nacionais, a exemplo do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, que asseguram o direito à educação conforme a Constituição Nacional de 1988, que em sua finalidade afirma que a educação deverá contribuir para o desenvolvimento pleno da pessoa, para a formação da cidadania e para o trabalho. Nesse sentido, é preciso reconhecer, participar e valorizar a existência dos fóruns de EJA, como movimento coletivo que luta pelo acesso aos direitos humanos e sociais.

Palavras-chave: fóruns de EJA; políticas públicas; reformas neoliberais.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BONETTI, Lindomar Wessler. As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos. Revista Eletrônica de Humanidades. UNIFAP. Macapá, n.05, 2012.
- DIPIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. Educ. Soc., Campinas, vol.26 – Out. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.
- BRASIL. Documento Fóruns de EJA. Pela Revogação Imediata da Resolução CNE/CEB nº 1/2021. Brasília, 2023
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREITAS, Luiz Carlos. A Reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão popular. 2018
- LAMOSA, Rodrigo (org). Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos. Parnaíba, 2020